

DA COMPLEMENTARIDADE À DEPENDÊNCIA: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste

Ellen F. Woortmann

Este trabalho tem por objetivo analisar a relação entre o espaço, a construção do gênero e a condição feminina em comunidades que se identificam como "pesqueiras". Ele se divide em quatro partes. Na primeira, discuto a relação entre identidade, classificação do espaço e classificação de gênero. Na segunda, apresento uma descrição etnográfica da perda sucessiva de espaços/ambientes, e seus efeitos sobre a mulher, periodizando a história dos grupos estudados a partir da percepção das mulheres. A terceira parte está voltada para a relação entre o espaço e a construção do tempo histórico, também do ponto de vista das mulheres. Finalmente, na quarta parte, considero a relação entre modernização, ambiente e condição feminina. As duas últimas partes retomam algumas questões que foram sugeridas nas duas primeiras.

Os dados empíricos resultam de trabalho de campo realizado em julho e dezembro de 1989, em várias comunidades localizadas ao longo do litoral do rio Grande do Norte (1). Cada comunidade se define pela apropriação de um espaço delimitado, que constitui seu território, e que inclui uma faixa do mar, a praia e as terras que se seguem a esta. Sobre esse território a comunidade exerce direitos, seja de pesca, seja de lavoura ou outras atividades. Oeste ponto de vista, o espaço-território unifica mar e terra, e se conjuga com a identidade de lugar. Em seu conjunto, essas comunidades se opõem aos grupos agrícolas, localizados mais para o interior. Meu objetivo neste texto, porém, é a classificação do espaço que separa, isto é, que se conjuga a identidades de gênero no interior de cada comunidade, e não na concepção do espaço de maneira mais ampla. A questão do território, que escapa ao meu propósito aqui, foi estudada por Maldonado (1991).

Os diferentes povoados foram atingidos de maneira desigual pelo processo de mudança. Em algumas, a expropriação das terras, a alteração dos mangues e a modificação na relação com o mar foi mais acentuada. Outras ainda se mantinham, ao tempo do trabalho de campo, próximas a uma situação tradicional. Focalizo aqui apenas o que parece ser uma tendência geral.

Espaço, identidade e gênero

Quando se fala de comunidades pesqueiras, imaginam-se muito freqüentemente atividades produtivas e agentes sociais relacionados apenas à pesca. Por outro lado, os estudos relativos a essas comunidades tendem a privilegiar o ponto de vista do homem, isto é, do pescador. No entanto, não é incomum que dessas comunidades haja também agricultura, além da pesca, como é o caso dos grupos estudados por Peirano (1975) no Ceará e por Beck (1981) em Santa Catarina, ou dos grupos estudados por Faris (1972); Nemeç (1972); Omohundro (1985) no Canadá. Em vários grupos, como o estudado por Maués (1977) e aqueles que são o foco deste trabalho, a agricultura é pensada como atividade feminina. Privilegiar o ponto de vista masculino seria negligenciar as atividades agrícolas que constituem o domínio das mulheres.

Não raro, o discurso do pesquisador repete o discurso público do grupo estudado, cuja identidade se constrói sobre uma atividade - a pesca - concebida como masculina, e deixa de lado o discurso privado. A conjugação de planos de discurso e de autoridade, masculino e feminino, público e privado, decorre do que Cronin (1977) chamou de harmonia entre ideais culturais e sistema produtivo. O próprio discurso acadêmico, pois, relega ao silêncio o ponto de vista feminino, mesmo quando as atividades das mulheres são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo. Em muitos grupos ditos de "pescadores", a produção agrícola das mulheres é tão ou mais importante que a pesca, ainda que não seja publicamente reconhecida como tal, e central para a constituição da identidade de gênero da mulher. Se a identidade é um processo político, a identificação entre identidade de grupo e identidade masculina é uma política de gênero, freqüentemente legitimada pelo discurso acadêmico. Notáveis exceções, no que diz respeito ao Brasil, são os estudos de Peirano (1970, Maués (1977), Dantas Carneiro (1979) e Beck (1981); cada um à sua maneira "descobre" a existência de mulheres nas comunidades "pesqueiras", encobertas culturalmente pela identidade coletiva/masculina.

Nesse trabalho, procura-se privilegiar o ponto de vista feminino. O que se busca é mostrar como o tempo e o espaço são construídos pelas mulheres; como essas duas categorias estão imbricadas uma na outra; como se relacionam com a condição feminina e como a mulher se (re)constrói no tempo pelo espaço.

A classificação do espaço natural é também uma classificação de espaços sociais e de domínios pertinentes a cada gênero. Num plano mais geral, dado pelo primeiro discurso oferecido ao observador, o espaço é classificado de maneira bipolar: o mar é percebido como domínio do homem, em oposição à terra, domínio da mulher. No entanto, essa classificação bipolar se relativiza e se decompõe em outras oposições de menor escala. o mar se subdivide em *mar de fora*, *mar alto* ou *mar grosso*; espaço do trabalho masculino por excelência, e em *mar de dentro* (entre a praia e os arrecifes), onde homens e mulheres exercem atividades produtivas. A terra, por sua vez, na percepção do grupo, subdividia-se tradicionalmente entre o espaço da agricultura e a praia, o primeiro concebido como essencialmente feminino, e o segundo como um espaço intermediário, onde, tal como no *mar de dentro*, trabalhavam tanto homens quanto mulheres. O leitor terá notado que quando falo do mar uso o tempo presente, e quando me refiro à classificação da terra uso o tempo passado e o qualificativo "tradicional". Trata-se de uma diferença fundamental para a compreensão da evolução das relações de gênero, como será visto no decorrer deste trabalho.

A classificação do espaço depende do contexto em que se produz o discurso. Se a ênfase está na separação entre os gêneros, a classificação operada é a mais geral, opondo o mar à terra, o homem à mulher. E também a classificação que melhor convém à identidade geral da comunidade e ao discurso público, em que essa identidade se funde com a masculina. Contudo, se a ênfase se coloca na variedade de atividades desenvolvidas, na cooperação entre homens e mulheres e no ponto de vista das mulheres, a bipolaridade se decompõe e se relativiza. A oposição mais ampla é aquela apresentada ao estranho, inclusive o pesquisador, quando este vai à procura do ponto de vista "do grupo", isto é, "de pescadores". Os homens não ignoram a subdivisão de cada domínio natural; a divisão do mar em *de fora* e *de dentro* é fundamental enquanto apropriação de recursos naturais necessários à reprodução social.

Para eles, contudo, há como que uma diferença hierárquica entre os dois mares: o mar *de fora* tem maior valor social que o mar *de dentro*, pois é através dele que se constrói sua identidade; é nele que realizam o saber característico de seu gênero e exercitam sua coragem no enfrentamento do perigo. Do ponto de vista das mulheres, o espaço tradicional mais importante era o das terras onde se realizava a agricultura - as terras *soltas*, de apropriação comunitária, de onde elas derivavam o seu reconhecimento social. A praia era o domínio secundário no que se refere à sua identidade, ainda que também um espaço de trabalho. O esquema abaixo representa essa construção do espaço:

TERRA		MAR	
Mulheres		Homens	
<i>Terra de Roça</i>	<i>Praia</i>	<i>Mar de dentro</i>	<i>Mar de fora</i>
Mulheres	Mulheres e Homens	Homens e mulheres	Homens

O espaço, porém, não permaneceu sempre o mesmo, ainda que no plano do discurso público a oposição terra/mar, como espaços de gênero, tenda a se manter.

A ETNOGRAFIA DO ESPAÇO NO TEMPO

Ao longo do tempo, o espaço se modificou e essa modificação é construtora da temporalidade histórica. Vejamos a seguir os vários tempos de que falam as mulheres.

Antigamente: o tempo das terras soltas

Através das falas de mulheres que por volta de 1930 já participavam ativamente do processo produtivo, foi possível verificar como elas percebem retrospectivamente um período que se estende de cerca do início do século até por volta de 1950.

Terra e mar correspondiam, nesse tempo, a espaços de trabalho e lazer, cujos sinais se invertem quando se passa de um gênero a outro (do ponto de vista feminino). Se o mar é percebido como o espaço de trabalho do homem, a terra era seu espaço de lazer e descanso. Era aí que ele repousava, ia a festas e, sobretudo, bebia. Inversamente, era na terra que a mulher realizava o seu trabalho: na casa, no sítio, onde se localizavam as fruteiras e se criavam animais de pequeno porte, e principalmente nas terras soltas, onde ela praticava a agricultura. Para ela, o mar representava um espaço de lazer, como ainda hoje. Em dias de festa, o homem a levava para passear em sua embarcação (naquela época, geralmente uma jangada). Esse passeio limitava-se, como ainda hoje, a locais próximos da costa; o homem jamais a levava (ou leva) a seus pontos de pesca ou a zonas do mar consideradas perigosas.

No entanto, existiam certas atividades de ajuda recíproca: se as terras *soltas* eram o espaço de trabalho da mulher, ela era ajudada pelo marido no preparo do solo. Em contrapartida era dever da mulher ajudar o marido, na confecção e reparação de instrumentos de pesca e na limpeza e preparação do pescado. Portanto, ainda que os espaços físicos fossem pensados como domínios de gênero separados, havia uma relação de complementaridade, em que a ajuda de um viabilizava o trabalho do outro.

Contudo, perguntando aos homens se eles trabalhavam (ou trabalham) na roça, a resposta era negativa. Respondiam que apenas ajudavam. Essa ajuda marcava uma disponibilidade de tempo determinada pela pesca, isto é, um não-tempo de trabalho do homem. Tampouco reconhecem que as atividades da mulher relativas à pesca e ao pescado sejam trabalho. A mulher, porém, devia (e deve) estar disponível quando o homem traz o peixe, mesmo que para isso tivesse (ou tenha) que interromper o trabalho agrícola. Para ela, pois, não se configurava um não-tempo análogo ao do homem. De um lado, existe uma razão prática para essa diferença: o peixe é rapidamente perecível. Mas, de outro lado, essa diferença expressa também a relação hierárquica entre o trabalho e o produto do mar e; da terra, o homem e a mulher.

Também a praia se constituía num espaço de reprodução social importante. Era lá que as mulheres (com a ajuda dos homens) colhiam algas para adubo, destinado a parte de sua produção agrícola. Era ainda lá que as mulheres teciam e consertavam as redes de pesca e as velas de embarcações. A praia era também o espaço da reprodução sexual. Era para lá que os casais se dirigiam à noite para encontros que davam início a um relacionamento que conduzia ao casamento, concebido como indissolúvel. "A moça levava uma toalha e se encontrava na praia com o rapaz. Depois era casar" - com frequência, após constatada a gravidez.

Se a praia era o lugar de encontro dos sexos para a celebração da vida, era, por outro lado, lugar de encontro entre os vivos e os mortos. Era na praia que se achavam os corpos dos que morriam no mar. Era também lá que todos os falecidos eram enterrados, tivessem eles morrido no mar ou na terra. O lugar do cemitério ficava sempre próximo ao limite reconhecido entre os territórios de duas comunidades.

A praia se constituía, pois, num espaço intermediário; as algas que vinham do mar (lugar dos homens) para a terra (lugar das mulheres) eram aí coletadas por mulheres e por homens. Os instrumentos de pesca que iam para o mar eram aí confeccionados pelas mulheres, a partir da matéria-prima (algodão) cultivada nas *soltas*. Moças e rapazes aí se encontravam para o exercício da vida. A comunidade dos mortos marcava o limite da comunidade dos vivos.

Se as mulheres contavam com a ajuda dos homens para o trabalho nas *soltas*, estas eram pensadas como um espaço essencialmente pertinente às mulheres. Falando desse espaço, minhas informantes falavam de mulheres - elas mesmas, suas mães, suas avós. Falando da praia, elas falavam da relação entre mulheres e homens.

Também na alimentação da família, as atividades de homens e mulheres eram complementares: se o homem trazia do mar o pescado, principal fonte de proteína animal, a mulher trazia da roça, do quintal, ou dos lugares da coleta vegetal, os amidos, vitaminas e sais minerais. O peixe era (e ainda é) mais valorizado culturalmente como alimento; é mesmo o alimento por excelência, correlatamente à construção diferenciada dos gêneros (cf. Woortmann, K., 1986). Existia, contudo, uma relação de equilíbrio na contribuição masculina e feminina para o padrão alimentar da família. Evidentemente, além de sua contribuição na produção de alimentos - que poderia até ser mais substancial que a dos homens (cf. Maués, 1977) - cabia ainda à mulher processar tanto o que vinha do mar quanto o que vinha da terra, isto é, produzir comida.

Um aspecto fundamental deve ser aqui ressaltado: se havia entre os gêneros uma complementaridade qualitativa na constituição da dieta familiar, a produção feminina se caracterizava ainda pela constância e pela reposição previsível, enquanto a pesca oscilava entre períodos de abundância dos peixes *de safra* e períodos de escassez quase absoluta. Por outro lado, era o trabalho feminino de salga e secagem do pescado, por ocasião *de safra*, que garantia seu consumo por período relativamente longo bem como sua comercialização.

Os campos da saúde e da religião, relacionados entre si e com práticas mágicas, eram também atribuição eminentemente feminina. No cotidiano doméstico, a mulher, notadamente a esposa-mãe, era o agente de saúde principal. Era ela (e, em escala decrescente, ainda é) quem detinha os saberes tradicionais relativos a doenças e remédios, quem administrava a cura e cultivava plantas medicinais. Com frequência, eram também as mulheres as especialistas que atendiam a comunidade como um todo: parteiras (2), raizeiras, rezadeiras, benzedadeiras etc. Esse trabalho sempre lhes conferiu prestígio e reconhecimento social. As mulheres eram também responsáveis pelo prédio da igreja e pelas novenas e orações (3), assim como pelas práticas mágicas que protegiam os homens face aos perigos do mar grosso.

As relações internas à família e à comunidade nesses povoados se caracterizavam então pela complementaridade entre gêneros, embora tanto a família quanto a comunidade fossem organizações hierárquicas, no plano da ideologia, questão à qual voltarei mais adiante. Quanto às relações externas, notadamente com a cidade, elas também se faziam tanto por meio dos homens quanto das mulheres. Neste plano, o homem ocupava posição hegemônica na construção da identidade do grupo, pois, como ainda hoje, era ele quem comercializava o pescado, estabelecendo relações econômicas fundamentais, porque fundantes da autorepresentação do grupo face ao mundo externo. É importante notar que a produção agrícola feminina, ainda que quantitativamente importante, destinava-se essencialmente ao consumo da família e a circuitos de troca não-mercantil entre famílias (geralmente aparentadas) e só secundariamente ao mercado. Caracterizava-se, pois, mais pelo valor de uso e por um "valor de troca" no plano da reciprocidade. Internamente à comunidade, diga-se de passagem, bens alimentares não circulavam pela via mercantil.

No entanto, a mulher também participava do mercado. Indiretamente, "silenciosamente", através da salga do pescado, que possibilitava a transformação do peixe em mercadoria. Diretamente, através de seu artesanato e da coleta, estabelecendo vínculos distintos daqueles dos homens; mais que uma simples atividade econômica, tratava-se da construção de redes de patronagem, úteis para a família como um todo, em momentos de crise. Era menos uma questão de ganhar dinheiro - pois o dinheiro era menos importante naquele tempo, e era baixo o valor monetário desse trabalho feminino - que de construir um "capital social" como meio de acesso a serviços médicos, quando a possibilidade de cura ultrapassava os recursos da medicina tradicional; a empregos; a pequenos empréstimos monetários etc. A mulher, portanto, tecia não apenas redes de pesca, mas também redes sociais.

Assim, não obstante uma superioridade ideológica do homem, expressa na auto-representação do grupo de maneira coritrativa face a outros grupos - de agricultores, situados mais para o interior e considerados de certa maneira inferiores (4) -, havia uma complementaridade entre os domínios masculino e feminino. Se o mar tinha (e tem) preeminência sobre a terra, mar e terra, homem e mulher se complementavam na reprodução social do grupo. Tanto em grupos "pesqueiros" como entre camponeses agricultores, homens solteiros e mulheres sem marido são impossibilidades sociais. A mulher, segundo sua própria percepção, e segundo aquela dos homens com quem falei, era considerada uma parceira do homem, mais do que alguém dependente do marido. Não obstante o discurso público centrado na pesca, essa relação complementar trazia consigo o reconhecimento da importância do trabalho feminino, e da própria mulher. Como agricultora, coletora ou artesã; como detentora de saberes fundamentais no universo cultural e social do grupo, ela era detentora de uma condição social que hoje se desagregou.

Aquele tempo de *antigamente* é concebido como um tempo de *fartura* para a família como um todo, e como um tempo de *respeito* com relação à mulher, e essa *fartura* era possibilitada, na representação das mulheres, por seu trabalho agrícola. É importante notar que *antigamente* era um tempo de *fartura* também porque não era um tempo de dinheiro; ainda que o peixe fosse vendido - e sempre o foi - a sociedade local não era dominada pelo "nexo monetário".

A unidade de produção familiar, conjugando a persa com o mar, constituía um sistema de espaços-atividades estreitamente articulados. A ênfase estava na auto-subsistência e na "internalização dos supostos da produção" (cf. Woortmann, E. F., 1983), isto é, na minimização de insumos externos à unidade espacial-familiar e à comunidade. O grupo doméstico constituía um *workteam*, no sentido dado ao termo por Galeski (1975), centrado no homem, quanto ao mar, e na mulher, quanto à terra. Se havia escassez de peixe, o mangue (concebido como sendo da terra, ainda que um espaço ambíguo) supria o consumo da família com pequenos peixes ou com camarões, coletados pelas mulheres. Como disse uma mulher da Baía Formosa:

"Não era desses nadinha de hoje não; era dos graúdos. Naquele tempo tinha e era muito, se pegava de puçá... e lá vinha a bacia cheia".

Ou como disse outra mulher de Rio do Fogo:

"Se no bote não vinha peixe, agente se virava. Eram os peixes do mangue, era o camarão, ou na praia mesmo que a gente pegava. Pegava, rainha irmã, e de muito. E se a chuva não deixava sair, tinha em casa com fartura a farinha, o feijão novinho, uma abóbora. Se tinha que comer puro (sem peixe), comia, mas comia muito".

A casa, domínio feminino, especificamente da esposa-mãe, era um centro polarizador das atividades e dos recursos. Da roça safam os produtos agrícolas destinados, ao consumo humano ou animal. A elasticidade das terras, possibilitando o rodízio no uso das mesmas, deixava áreas em pousio que também eram espaços produtivos, assim como a *mata fechada*, de onde era extraída a madeira, a lenha e frutas nativas, o mangue e a praia eram também espaços de coleta, podendo seus produtos, obtidos pelas mulheres, substituir o peixe de *mar alto*. No quintal, como foi dito, criavam-se animais, alimentados com restos da roça, da casa e da casa de farinha.

A grande articuladora desses espaços era a mulher. Era ela quem transformava um agregado de espaços separados num todo articulado. Dentre esses espaços, o que sobressai nas representações das mulheres é o das soltas, base espacial, por assim dizer, do respeito, e fundamento de sua identidade.

Os anos 50: a chegada do arame farpado

O trabalho de campo revelou que as concepções tradicionais sobre a mulher, por parte dos homens, estão se transformando. Mulheres de diferentes grupos de idade são percebidas pelos homens de maneira diferenciada. Aquelas que hoje têm cerca de 70 anos de idade ou mais, como disse um pescador aposentado, "não trabalham mais porque estão velhas, cansadas; já pelejaram muito na vida, têm direito de descansar". Aquelas que estão por volta dos 50 anos são respeitadas e valorizadas-pelos maridos e filhos. Um desses últimos me disse que "sempre deram duro, são fortes, agüentam com sacrifício, mas agüentam". São respeitadas por seu passado de trabalho complementar ao do marido. No entanto, aquelas que têm hoje por volta de 30 anos ou menos, mães com filhos pequenos ou adolescentes, ou mesmo moças solteiras, são definidas pelos homens como preguiçosas; dizem eles que "elas não querem fazer nada". Ouvi mesmo, de um diretor de agência oficial ligada à pesca, que "as mulheres de nossos pescadores são só do lar; quer dizer, não fazem nada".

Por que afirmam as mulheres que são tratadas hoje de maneira tão diferente, em comparação ao que eram há 20 ou 30 anos? O que teria conduzido, em suas representações, à desvalorização social da mulher?

Essas representações envolvem por certo uma idealização do passado. Nem por isso, porém, deixaram de ocorrer mudanças cruciais para a condição feminina. Nos anos 50, iniciaram-se transformações que afetaram sobretudo as mulheres mais jovens. Chegou o arame farpado, e com ele as mulheres perderam seu domínio básico, as *soltas*, espaço fundamental de seu trabalho. Rompeu-se o padrão de complementaridade que caracterizava a relação entre homens e mulherea. A mulher perdeu sua "terra de-trabalho" (5).

O depoimento de D. Anita, com 81 anos, retrata bem essa situação:

"Minha senhora, olhe por onde tiraram a terra... Eles ficaram com tudo, com toda a terra picou nós aqui acabado. Está tudo derrotado... Quando voltava da agricultura, trazia um feijão, uma melancia... Chamava os amigos, compadres nos tempos da fogueira de São João, a canjica na panela maior, a pamonha no fogo... Era melhor que hoje, que não tem mais onde plantar um pé de jerimum, um maxixe, porque a terra é dos usineiros."

D. Regina, com 58 anos, disse:

"Tudo, em tudo e por tudo, o que a gente pensa é na terra. Se perturba muito porque a terra hoje em dia está nas mãos dos latifundiários, do pessoal da UDR, e o pobre não tem onde plantar um pé de feijão, um pé de milho, uma macaxeira. O tempo das terras soltas acabou".

As *soltas* eram terras não-apropriadas privadamente, nem convertidas em mercadoria. Essa designação é comum ao Nordeste brasileiro, como o era também no passado a sua livre utilização para a lavoura, para o criatório solto, ou para a retirada de madeira e lenha. Em todo o Nordeste, as *soltas* foram sendo privatizadas, em algumas regiões já a partir da célebre Lei de Terras de 1850, como ocorreu com Sergipe (cf. Peixeira da Silva, 1981), mas é só no século atual que o processo se completa, com as pastagens cultivadas e o cercamento, transformando a *terra de trabalho* em *terra de gado* (cf. Woortmann, E. F., 1981). No litoral do Rio Grande do Norte, o fenômeno é mais recente, e se prende à expansão da *plantation* açucareira.

Se as *soltas* eram condição da reprodução social dos camponeses agrícolas nordestinos, eram também um dos pressupostos da reprodução dos grupos "pesqueiros", com a especificidade de serem aí cultivadas por mulheres. Cada comunidade contava com uma certa extensão dessas terras, parte de seu território, sem que houvesse, contudo, qualquer registro em cartório, mesmo porque seu uso desconhecia o princípio da propriedade privada mercantil. Pertenciam, sem sentido consensual, à comunidade adjacente, e seu acesso era mediado por relações de parentesco. Com a chegada da *plantation*, começa a se reduzir a produção agrícola de alimentos, a coleta para venda ou consumo familiar, a extração de madeira e lenha para uso na casa ou na casa de farinha. Além da *plantation* açucareira, também os coqueirais foram sendo gradativamente privatizados. Empreendimentos imobiliários ligados ao turismo agiram no mesmo sentido, reduzindo o espaço de atividade produtiva da mulher.

A década de 50 inaugura em muitas localidades um período de mudanças significativas. É o período da "corrida aos cartórios" por parte de grupos econômicos e políticos para registrar em seu nome as *soltas*. A cerca de arame farpado impede o acesso às melhores terras, restando as áreas de acesso mais difícil, mais afastadas ou pouco adequadas para a lavoura. Em consequência, cada família reduz a área cultivada e intensifica a exploração; diminui o tempo de pousio e aumenta o insumo de trabalho, reduzindo-se, porém, o produto desse trabalho. Também a coleta se restringe com o cercamento das terras enquanto aumenta a distância aos locais onde ainda era possível. Simultaneamente, começa a se configurar a necessidade do dinheiro.

Outra mudança fundamental, não só do ponto de vista estritamente econômico, mas quanto ao significado da terra, foi o cercamento do espaço casa-quintal, ao lado de sua redução, visto que passa a ser ameaçado pela mercantilização do solo. Não só se reduz a atividade aí realizada, mas alteram-se também as relações de vizinhança, aumentando as tensões entre famílias vizinhas, numa verdadeira "guerra de cercas" interna à comunidade, ao lado daquela entre esta e a *plantation* ou os empreendimentos imobiliários. No espaço reduzido e privatizado do quintal - pois as pressões externas se imprimem nas concepções da população local - a criação de animais tende a se restringir a aves.

Os anos 60: a mercantilização das relações sociais

Nos anos 60, completa-se a transformação iniciada na década anterior, e se instauram outras mudanças que afetam negativamente a comunidade como um todo e a mulher em particular. Começa a se configurar uma alteração na relação de gênero, coincidente com a modificação das relações de subsistência do grupo doméstico. A mulher se torna cada vez mais dependente do marido, seja do peixe que ele traz para casa como alimento, seja do dinheiro auferido pela comercialização do pescado. Agora é com esse dinheiro que serão comprados o feijão, a farinha, o milho e outros alimentos, antes produzidos pela mulher.

Na antiga terra de lavoura da mulher, só resta espaço agora para o trabalho assalariado por tarefa, análogo ao do "bóia-fria" em outras partes do país. Esse assalariado, porém, é essencialmente um homem, cortador de cana ou coletor de coco. Em boa medida, esse assalariado é alguém vindo de fora, das regiões agrícolas mais para o interior. Mas também é o ex-pescador, excluído do mar pelas transformações ocorridas na pesca. O que é importante notar é que a mulher, se participa do trabalho de cortar cana, ela o faz na condição de "braço" do marido, juntamente com as crianças:

A remuneração do trabalho é feita por tarefa, e não por dia de trabalho, e para que a tarefa se realize no menor tempo possível, isto é, para que o tempo seja maximizado - pois agora, mesmo para o trabalhador, "tempo é dinheiro", em sentido perverso - o homem leva para o canavial todos os "braços" disponíveis da família. Aquele espaço adquire pois um sentido radicalmente distinto, e mesmo invertido, do ponto de vista da atividade feminina. Não é mais o espaço onde a mulher contribuía para a fartura da família com grande autonomia. Agora é apenas o espaço onde ela trabalha como "parte" do homem - como "braço" dirigido pela "cabeça" do marido, que organiza, ainda que de maneira subordinada, o processo de trabalho. Se nesse processo a família é também *workteam*, a natureza da divisão do trabalho é radicalmente distinta.

A coleta em terra virtualmente desapareceu. Se antes as mulheres, acompanhadas por crianças, coletavam coco, caju e outras frutas, seja para consumo doméstico ou para venda, esses recursos da natureza são agora propriedade privada, ou foram eliminados para dar lugar à *plantation*, completando-se o processo iniciadô na década anterior.

A perda definitiva das terras de lavoura levou ao desaparecimento da casa de farinha. Ainda existente em algumas localidades menos atingidas pelas mudanças, ela atendia às necessidades de um grupeio de famílias unidas por laços de parentesco, ou eventualmente a toda comunidade quando esta era (ou é) de menor amplitude. O trabalho era aí realizado tipicamente pelo mutirão, como troca de trabalho principalmente entre mulheres (raspagem, secagem, torrefação), mas contando com a participação masculina para a movimentação do *rodete* e para a prensagem. Tradicionalmente, a época da farinhada correspondia ao período de vacância nas atividades masculinas no mar. Na medida que a farinha ainda é produzida, a participação masculina limita-se apenas aos homens velhos, isto é, às "forças marginais" nos termos de Tepicht (1973), pois hoje, fora do tempo da safra, os mais jovens - as "forças plenas" - se dirigem para o trabalho na construção civil ou outras atividades.

Com o desaparecimento da casa de farinha e das terras de lavoura, ambos pensados como domínio da mulher, desaparecem também os restos que alimentavam a criação. A partir dos anos 50, essa criação já se transformara, pois ficara difícil criar porcos, cabras etc, seja pela redução, do espaço do quintal, seja pela limitação do espaço do roçado e das terras de uso comum, onde esses animais podiam ser "criados soltos". Já naquele período começavam a desaparecer os animais de médio porte, o que reduzia as alternativas da mulher. Agora: são só algumas poucas galinhas que restam na maioria dos quintais.

Surge, porém, uma nova modalidade de *restos*, e com ela uma inversão de significado desse termo: antes concebidos como insumo intermediário, isto é, como alimento para os animais, os *restos* passam a ser alimentos para os humanos. *Resto* tornou-se uma categoria que não mais designa a parte (subproduto) da atividade agrícola imprópria para o consumo humano, e sim peixes sem valor de mercado por serem depreciados como itens de consumo, cabeças de camarão e de lagosta e, de um modo geral, "aquilo que sobrou do dia", produtos perecíveis, cuja única forma de aproveitamento é o consumo familiar. Se antes o peixe vendido era o que excedia às necessidades do consumo familiar, que tinha preeminência no cálculo, agora o consumo familiar é o que sobrou, o que não foi vendido, pois a venda ganhou o lugar de preeminência. De "economia de excedente", à maneira camponesa, passou-se a um consumo de sobras.

Se a coleta em terra desapareceu, ganhou significado a coleta nos mangues, ou melhor, mudou seu significado: ostras (arrancadas do fundo da lama, onde ficam incrustadas em pedras ou em troncos em decomposição, ou obtidas por mergulho), camarões, caranguejos e peixes pequenos, produtos da atividade feminina antes destinados à alimentação da família nos períodos de escassez de pescado, são agora destinados à venda.

Por outro lado, surgiu uma nova modalidade de coleta: aquela dos *ciscos* e das *pedras*. O primeiro termo designa uma variedade de algas, coletadas na beira da praia ou por mergulho no mar *de dentro*. Depois de secas, são vendidas a baixo preço para representantes da indústria de cosméticos. As *pedras* são algas

calcárias também vendidas para a indústria; igualmente a baixo preço. A coleta, antes uma atividade voltada fundamentalmente para o consumo familiar, torna-se, uma atividade voltada para a venda, pois a subsistência da família é crescentemente mediada pelo mercado. A remuneração do trabalho oferecida por esse mercado é, contudo, insuficiente para repor, pela via mercantil, a fatura antes assegurada pela via do autoconsumo. Se a mulher continuou coletando, o sentido dessa atividade se transformou.

Além do assalariamento relacionado à agroindústria, conseqüente à perda das terras soltas, surgiram outras modalidades de venda de força de trabalho, que atingem tanto os homens como as mulheres. No período do defeso (6), estes últimos trabalham na construção civil, no reparo de embarcações, no transporte etc. As mulheres, além de serem "braços" do marido no corte da cana, prestam serviços para veranistas, categoria social que começa a surgir de forma mais constante nesse período. Mal remunerada - em julho de 1989 a remuneração diária de uma faxineira equivalia ao preço de uma garrafa média de Coca-Cola - essa atividade era, contudo, bastante procurada pelas mulheres, por falta de alternativas e pela crescente necessidade de dinheiro, em agudo contraste com o tempo de *antigamente*. Por outro lado, as relações clientelísticas estabelecidas com as *patroas* podiam abrir possibilidades de pequenas doações de roupas, canais de acesso a tratamento médico, oportunidades de escolarização dos filhos etc., tal como ocorria através das relações estabelecidas pela via da produção/comercialização do artesanato. Por outros caminhos, pois, as mulheres continuam voltadas para a tessitura de redes. No entanto, eram poucas as mulheres que logravam obter esse tipo de trabalho, como continuam a ser poucas hoje. Ademais, trata-se de trabalho sazonal.

A produção artesanal já existia no litoral do Rio Grande do Norte desde o século XVII. Ao longo do litoral havia (e em certa medida ainda há) uma especialização artesanal das mulheres segundo a localidade e, em alguns casos, por família. Assim, em Rio do Fogo e Touros, por exemplo, as mulheres se dedicavam (e se dedicam) ao *labirinto*, e em Baía Formosa à *renda de bilro*.

O artesanato continuou a ser realizado, mas conforme o depoimento das mulheres mais velhas suas modalidades e seu significado se transformaram bastante a partir daquele período. Algumas formas de artesanato desapareceram em várias localidades, como a cestaria. Outras se mantiveram através de formas mais simples, de elaboração mais rápida e utilizando matéria-prima de qualidade inferior, dado o alto custo dos insumos com relação ao valor de mercado do produto final, que tem dificuldade de concorrer com seu equivalente industrial. Outras são de fato muito valorizadas por donas-de-casa urbanas e por elas exibidas com orgulho por ocasião de festas, como as toalhas de banquete, mas nem por isso alcançam preços mais elevados. A atividade artesanal que melhor caracterizava a complementaridade entre o trabalho feminino e o masculino, porém, praticamente desapareceu: a produção de cestaria, de redes e tarrafas tecidas a partir do algodão cultivado nas *soltas*. Esses implementos, de produção doméstica, cederam lugar a similares industrializados.

A atividade artesanal subsiste, mas tornou-se predominantemente uma atividade das mulheres mais velhas, que ainda detêm o saber relativo a essa forma de trabalho, e para as quais o custo de oportunidade é próximo de zero. Além disso, essa atividade passou a se destinar exclusivamente à venda. Não deixa de ser paradoxal que as mulheres que ainda produzem *renda de bilro* não a tenham mais para uso próprio; a necessidade de obter dinheiro faz com que não haja mais tempo para produzir para si ou para a família. Inversamente, ao mesmo tempo que não se produz mais *renda de bilro* para a casa, começa-se a produzir comida antes concebida como interna ao domínio da casa, para venda.

Não são apenas as atividades da mulher que passam por transformações. As dos homens também. começam a se modificar nesse período, afetando a própria condição feminina, principalmente com a substituição da jangada tradicional pela embarcação a motor. Nos dias de hoje o processo se completa, juntamente com outras mudanças na relação com o mar.

os dias de hoje: "um tempo mufto esquisito"

O período que vai do início dos anos 70 ao final dos anos 80 marca o triunfo do "nexo monetário" na vida cotidiana das comunidades "pesqueiras", ainda que, como foi ressaltado, os diversos povoados estejam diferentemente localizados no tempo e diferentemente relacionados com o espaço. O processo aqui analisado é uma tendência que atinge mais rapidamente, e mais cedo, algumas delas, e mais lentamente, e mais tarde, outras. De maneira geral, porém, o processo iniciado nas décadas anteriores agora se radicaliza.

A casa sempre foi o centro das atividades familiares: espaço de socialização e de sociabilidade; de religiosidade; de cuidados com a saúde; de reprodução alimentar, componente do "campo feminino". Como foi dito antes, a mulher era o principal agente de saúde da família, além de prestar serviços relativos à saúde para a comunidade em geral. Hoje, porém, são só as mulheres mais velhas que exercem essa atividade. O saber tradicional não se transmite mais, ou se transmite com muito menor frequência, às mulheres das gerações mais jovens. Com a modernização da vida, a substituição de um saber tradicional pelo saber científico está expropriando um domínio de conhecimento e uma esfera central do reconhecimento social das mulheres, transferindo-o para o médico ou para outras mulheres, as enfermeiras, agentes de um universo cognitivo estranho à cultura e à sociedade locais. O saber relativo à saúde é expulso da casa e do domínio da mulher do pescador. Também aqui, nesses povoados, a sociedade se "higieniza" pela via da medicina oficial, introduzindo-se novos componentes de subordinação à presença do Estado e de um saber moderno. Com isso, os cuidados com a saúde agora custam dinheiro, pois devem passar pelo balcão da farmácia, e implicam também, para a mulher, um custo social dado pela expropriação de seu saber, constitutivo mesmo da condição de mãe de família.

A casa era também o espaço onde a mulher selecionava sementes para o plantio e estocava a produção colhida para transformá-la em comida; onde ela fazia o tratamento do peixe trazido pelo homem e destinado ao consumo familiar (enquanto aquele destinado ao mercado era, e ainda é, tratado na praia). Hoje não há mais sementes nem produtos da lavoura; o peixe tratado não vai mais (ou vai muito menos) para a mesa da família.

Enquanto edificação, a casa também se transformou. Pode-se observar ainda hoje dois tipos básicos de construção, correspondentes a momentos históricos distintos. A casa tradicional, ainda encontrada nos lugares menos afetados pelas mudanças, era construída com estrutura de madeira, extraída das matas e mangues, paredes de adobe e cobertura de palha de coqueiro. Sua construção era realizada em regime de mutirão pelo conjunto da comunidade. Ela se alicerçava, pois, nos insumos disponíveis no próprio ambiente natural circunvizinho e na troca de trabalho entre as famílias da comunidade, isto é, no ambiente social local. Podia-se falar, então, de uma "internalização dos supostos da construção", não envolvendo gastos monetários, ou reduzindo-os a um mínimo.

A casa atual, pelo contrário, é construída com materiais comprados e através da contratação de mão-de-obra assalariada (complementada pela força de trabalho familiar). Os materiais básicos para a construção tradicional não mais existem à disposição da comunidade, desde que as *soltas*, os mangues e os coqueirais foram privatizados; o princípio do mutirão está desaparecendo dos valores-orientação das pessoas, desde que o "nexo monetário" se tornou dominante.

A casa se transformou, ainda, em outros aspectos. Com o desaparecimento da lenha; o combustível agora é o gás; a luz agora é elétrica. Essas novidades custam dinheiro. A casa também mudou de lugar. O lugar tradicional é agora ocupado por veranistas, para os quais foram vendidas muitas casas. Se antes ocorreu uma "guerra de cercas" entre famílias locais, expressando tensões trazidas pela modificação do espaço, agora são as *cercas de rico* que delimitam o espaço e impedem a livre circulação da população local, por efeito da imposição de um padrão de privacidade que lhe é estranho, e segregando-a numa área exígua. No lugar onde a mulher era dona-de-casa ela passa a ser faxineira na casa dos outros. Muitas famílias estão sendo afastadas da beira do mar, isto é, da praia, para a beira do mangue, local considerado insalubre para moradia, seja em barracos improvisados ou em "projetos habitacionais". Como disse uma mãe de família: "É, nós agora somos que nem caranguejo, vivei mos na lama. Acho que estamos no lugar deles, e eles fugiram". É o caso do estuário do Potengi, em Baía Formosa, e em Canguaretama.

Os mangues, onde a mulher realizava a coleta já mencionada, estão, por sua vez, sendo privatizados, aterrados e loteados pela indústria do turismo. Das áreas de mangue que ainda restam, boa parte foi poluída pelo vinhoto da indústria açucareira; com isso não só foram ameaçadas as formas de vida animal que aí se reproduzem - e junto com elas a forma de vida social que se reproduzia, em parte, com base nelas - mas também surgiram doenças ginecológicas, que se acrescentam à infecção de corte nas mãos e pés, e ao reumatismo, agora mais frequentes porque essa atividade se tornou mais necessária e continuada que antes, desde que a roça e outras formas de coleta desapareceram, e o próprio peixe para consumo familiar se tornou reais escasso.

O que antes era coletado nos mangues pára compensar um eventual fracasso na pesca, agora se tornou uma atividade continuada, destinada à venda (com o consumo apenas dos restos). Mas enquanto o dinheiro é cada vez mais necessário, os mangues se tornam cada vez menos produtivos - pela poluição e pela própria superexploração a que se vê obrigada a população local -, cada vez mais insalubres e cada vez menos extensos, em decorrência da remoção de sua cobertura vegetal e dos efeitos do turismo. Paradoxalmente, o mesmo processo que introduziu a necessidade central do dinheiro no dia-a-dia dos povoados tornou também mais difícil ganhar esse dinheiro, na medida em que eliminou os espaços que possibilitariam ganhá-lo.

Como disse Dona Nedina (cerca de 43 anos), de Baía Formosa:

"A Formosa está repleta de casas, mas cadê trabalho, cadê terra para a gente se manter, para trabalhar, para comer, hem ? Comer cimento, comer areia e cal, e palha de cana? A gente que é pobre não pode nem dormir de noite, pensando rios trabalhos, pensando nos filhos, como comprar um calçado, pensando como comprar um vestido, um vidro de remédio, sem a gente ter um salário, sem ter um ganho certo... pescaria de rede, dia dá, dia não dá. Tem mês que passa inteirinho que nem peixe para comer eles pegam... Hoje em dia é tudo comprado, é tudo tão esquisito. "

A mesma poluição que atingiu os mangues afetou também o mar *de dentro* em algumas localidades, comprometendo a reprodução das algas - os ciscos - coletados pelas mulheres, e exigindo mais trabalho por menos produto. Outras mulheres serão embelezadas com a transformação das algas em cosméticos, talvez mesmo as turistas que afluem para esses locais; para as mulheres do lugar restou a degradação do corpo em troca de alguns tostões.

Nos últimos anos, cresceu bastante a produção de certos bens e serviços para comercialização como alternativa à eliminação dos recursos tradicionais. Trata-se principalmente de alimentos produzidos em casa, utilizando em parte os mesmos meios de produção usados para prover o consumo doméstico, e o mesmo saber especializado da dona-de-casa.

Há, contudo, limites para essa alternativa. Parte da matéria-prima deve ser comprada no mercado e os insuetos como gás de cozinha são também mercadoria, o que onera a produção e limita o lucro, conceito nativo que não corresponde ao significado propriamente econômico do termo, pois as mulheres não computam o tempo de trabalho. Lucro designa a quantidade de dinheiro obtida ao fim do dia com a venda do produto. Mas, por outro lado, os usos alternativos do tempo de trabalho são reduzidos, desde que os espaços tradicionais da mulher foram eliminados, e desde que novas atividades, como a de faxineira, são relativamente escassas e mal remuneradas. O custo de oportunidade é, portanto, baixo, o que de certa forma justifica o conceito nativo.

Esse tipo de atividade pode evoluir, desde a venda na praia pelas crianças até um estágio mais capitalizado, na forma de biroskas, onde se vendem também refrigerantes e bebidas alcoólicas. Para que ocorra essa capitalização, porém, é preciso que a mulher tenha ultrapassado o período de vida de sucessivas gestações e de cuidados com filhos pequenos, e que haja filhos em idade de ajudar. O processo depende, pois da "diferenciação demográfica" das famílias, em sentido análogo ao conceito desenvolvido por Chayanov (1966) para o campesinato. Depende, de outro lado, de uma diferenciação social entre os homens: é preciso que haja peixe adequado em quantidade e qualidade, mas isso só ocorre quando o marido é dono de bote - a partir do tempo em que a embarcação tradicional, a jangada, foi substituída pela embarcação motorizada - ou ocupa uma posição na hierarquia da pesca que lhe confira uma parcela maior do pescado. Ou então, que haja dinheiro resultante de uma atividade relativamente nova na região: a captura da lagosta. Nem todos os maridos podem prover o peixe adequado ou o dinheiro para comprá-lo.

Nem todas as mulheres se encontram no momento do ciclo de vida apropriado para essa atividade; por outro lado, há uma tendência para o deslocamento das casas para locais afastados da praia e, portanto, da clientela consumidora, o que impede a conversão da própria casa em birosca, e exige a construção de uma edificação especial, próxima à concentração da freguesia. Mas isso demanda um certo capital que a própria transformação do espaço e da sociedade tornou escasso. Há quem o conseguiu, inclusive, pela venda, a preço relativamente vantajoso, da casa de moradia; nem todos, porém, têm o espírito empresarial ou o conhecimento necessário dos valores de mercado.

Do ponto de vista da mulher, ademais, não se trata simplesmente da substituição de atividades antigas por outras novas, mantendo o padrão de complementaridade com relativa autonomia face ao homem. As mulheres que realizam esse tipo de serviço ou comércio dependem do homem, que provê o capital inicial e o

peixe ou o dinheiro que viabilizam a continuidade do empreendimento. Por outro lado, essa atividade nova não consegue absorver o tempo de trabalho de todas as mulheres, mas apenas de uma parte, e apenas durante parte do ano, o período de "safra turística", por assim dizer.

As transformações ecológico-sociais que atingem a terra afetam diretamente as mulheres. Outras transformações, relativas ao mar, atingem os homens e seus efeitos se projetam sobre as mulheres.

Nas décadas anteriores processaram-se mudanças, como foi visto. As *soltas*, domínio fundamental das mulheres, se tornaram altivas, mas o mar cominou a ser terra *liberta* para os homens (cf. Dantas Carneiro, 1979). Agora o próprio mar se torna um espaço cujo acesso se subordina a novos determinantes.

Tradicionalmente, a pesca se realizava em jangadas, meio de produção de limitada produtividade, mas acessível à maioria dos homens. Porém, à medida que as terras foram sendo privatizadas e a vegetação nativa substituída por canaviais ou coqueirais cultivados, desapareceu a madeira para a construção da jangada, e esta vai se tornando inviável. A madeira chega a ser importada de Belém do Pará, a custos incompatíveis com as possibilidades da maioria dos pescadores locais. Ao mesmo tempo foram introduzidas, já a partir dos anos 60, as embarcações a motor, de propriedade de alguns pescadores mais abonados e/ou mais próximos, socialmente, de projetos governamentais de modernização da pesca. Decorreu daí um processo de concentração de capital e um acesso diferenciado ao mar, mais "liberto" para alguns do que para outros.

Tradicionalmente, os filhos de cada família eram encaminhados por seus pais para o conjunto de ocupações existentes nessas comunidades, de acordo com suas aptidões presumidas. Quem mostrava jeito para a pesca ia para ela se encaminhando, em suas várias especialidades. Os demais destinavam-se à construção de embarcações ou outras ocupações. Já existia, então, desde *antigamente*, uma certa diferenciação social, pois que a pesca era a atividade hegemônica, definidora da identidade básica.

Com as mudanças na tecnologia e organização social da pesca, porém, algumas especialidades caíram em desuso. Muitos homens, por outro lado, não encontravam mais lugar nas tripulações das novas embarcações, ficando assim afastados da pesca. Os pescadores, por seu lado, já não trazem mais para casa o pescado, a não ser em quantidades reduzidas, pois sua condição os aproxima de assalariados; juntamente com isso, as formas de solidariedade tradicionais, como a distribuição de pescado para pessoas incapacitadas, deixa crescentemente de se realizar - ao mesmo tempo que não é mais possível, tampouco, a realização dos circuitos de troca dos produtos agrícolas provindos do trabalho feminino.

As viagens nas embarcações motorizadas se tornam mais longas, podendo alcançar até uma semana, e mais tensas. Quando voltam, os homens passam o tempo nos bares, se embebedando. A ociosidade também aumenta, juntamente com a frustração daqueles que não mais podem ser pescadores, e que agora têm que se dedicar a atividades antes destinadas a incapacitados, velhos e mulheres, e algumas delas declinantes em decorrência da modernização da produção pesqueira, como já foi dito.

As tensões sociais aumentaram ainda mais com o surgimento de uma inovação radical no universo masculino: a captura da lagosta. Esta é uma atividade altamente competitiva e leva alguns homens a sabotar o trabalho de outros; resulta também em acidentes relativamente freqüentes. É o caso de um homem confinado a uma cadeira de rodas, limitado a tecer redes. Tornouse impotente, inclusive para a produção. Como disse sua mulher: "Ambição e morte são anzóis da mesma linha". Essa mulher se tornou sobrecarregada de trabalho com a invalidez do marido, tendo agora que sustentá-lo; outras se tornaram viúvas, sem as terras *soltas*, sem o manguê e sem o peixe, mesmo porque o padrão tradicional de distribuição de pescado entre viúvas e incapacitados, já referido, tende a se tornar inoperante, à medida que o valor social da reciprocidade é substituído pelo valor econômico da mercadoria.

A introdução da atividade de captura da lagosta acentuou a mudança de valores - com a individualização do trabalho e a *ambição* pelo dinheiro - e a diferenciação social, opondo *lagosteiros* (donos do equipamento para a captura da lagosta) e *mergulhadores* (aqueles que capturam a lagosta) a pescadores. Os primeiros são crescentemente valorizados face aos segundos, ainda que, no discurso orientado para fora., isto é, no discurso público, a identidade desses grupos continue sendo construída pela pesca. Ou melhor: no interior de uma identidade geral de pescadores, que distingue esses povoados dos agricultores, constrói-se outro processo contrastivo, entre pescadores e lagosteiros/mergulhadores, onde o primeiro termo encerra o

mais alto valor social no contexto de discurso que enfatiza a tradição, enquanto o segundo encerra o mais alto valor no contexto derivado da crescente necessidade de dinheiro e de novos valores-orientação.

O surgimento dessa nova atividade traz consigo novas tensões no mundo dos homens, que se somam àquelas que já vinham se constituindo, e se refletem nas relações entre homens e mulheres. Nessa nova atividade, como disse, a competição é acirrada e são freqüentes os roubos de lagosta. Se alguns homens se tornaram mais prósperos como donos de embarcações ou agora como *lagosteiros* ou *mergulhadores*, outros empobreceram, como virtuais empregados dos primeiros ou afastados das atividades centrais na construção da identidade masculina.

As mulheres, por sua vez também perderam, como foi visto, seus domínios de trabalho, e as novas alternativas não reconstituem a antiga *fartura*. De um tempo de *fartura* não mediada pelo dinheiro, passou-se a um tempo de pobreza, em que o dinheiro é o mediador fundamental, o tempo da *ambiçãõ*. As mulheres não exercem mais atividades complementares ao trabalho dos homens. Não há mais lavoura; a coleta na terra e no mangue se reduz; cada vez se fazem menos cestas e redes; com relação à captura da lagosta, elas nada têm a fazer. Não só tende a complementaridade a desaparecer, mas passa-se agora a uma competição entre homens e mulheres, pois agora também os primeiros se dedicam a coleta de algas, junto aos arrecifes. Exercem então uma atividade que era das mulheres, mas num domínio ideológico-espacial que é dos homens. Essa coleta masculina é mais produtiva que a das mulheres, pois esse espaço é mais rico em algas. A mulher, trabalhando mais para produzir menos, é crescentemente desvalorizada.

A pesca continua a ser instável, como sempre foi: há dias em que se pesca mais e outros em que se pesca menos. E continua sendo, além disso, sazonal. Mas a pesca é agora, por sua própria intensificação, menos farta, e a maioria dos pescadores traz meno peixe para casa. Cabe ao homem, contudo, conseguir pescado ou o dinheiro para suprir as necessidades da família, como seu chefe. Vale notar que o peixe ainda é pensado como alimento fundamental, e não ser capaz de "trazer o peixe para dentro de casa", seja diretamente ou pela via monetária, depõe contra a posição do pai-de-família. Também aqui a comida constrói o gênero e as posições no interior da família. Já a mulher, que era parceira do marido, torna-se cada vez mais dependente dele, que, por sua vez, prisioneiro da própria tradição que o construiu como gênero, enfrenta dificuldades crescentes para ser marido e pai provedor.

O acúmulo de tensões no universo masculino resultou em aumento da violência contra as mulheres. Cada vez mais dependentes de quem não pode, sozinho, prover a *fartura*, são redefinidas como preguiçosas, e vítimas de espancamentos. Suas habilidades tradicionais pouco ou nada acrescentam à renda familiar. É o caso de uma mulher que fez uma *toalha de banquete* com três metros de comprimento por um metro e meio de largura. Após cerca de três meses de trabalho (ainda que não contínuo) sua remuneração foi de dez cruzados, em julho de 1989! O desgaste do corpo nessa atividade é acentuado - como o é também na atividade de coleta na praia e no mangue poluído - e a maioria das mulheres que a ela se dedicam têm o corpo deformado pela postura que o trabalho exige, e a visão esgotada. Se aquelas que coletam algas têm o corpo castigado em benefício de outras mulheres que se embelezam, as que bordam as toalhas *de banquete* nunca irão se banquetear. Permanecem pobres, deformadas e à beira da fome, em contraste com suas mães e avós, ou consigo mesmas em tempos passados, quando contribuía para a *fartura*.

Queixando-se de que era freqüentemente espancada pelo marido, que a acusava de gastadeira e preguiçosa, dizia uma mulher com cerca de 30 anos de idade:

"No tempo de minha mãe, de nós pequenos, dinheiro não tinha, mas tinha de um tudo. Era ela, ela que tirava da roça a farinha, o feijão, o jerimum. Tudo de saco, tudo novinho. Plantava, colhia, não tinha que pedir a pai. Eu? Eu para tudo tenho de pedir ao Antônio - para comprar uma cuia de farinha, um feijão, para qualquer besteira, tenho que pegar da mão dele... Se eu tivesse um canto para plantar um feijão, uma mandioca, será que ele não era diferente comigo? Que culpa eu tenho se hoje é um preço e amanhã já subiu? "

Por tudo isso, o tempo de hoje é um tempo *esquisito*.

Ao longo desse processo, as relações entre homens e mulheres se alteraram e as mulheres se viram desvalorizadas. Isso parece ter resultado numa diferenciação entre filhos e filhas de famílias locais: desvalorização das filhas e supervalorização dos filhos. Se provavelmente os filhos sempre foram mais valorizados em grupos em que a identidade geral se confunde com a identidade masculina, o surgimento da nova categoria de lagosteiro, a par com a eliminação ou

redução do espaço tradicional da mulher, acentuou essa diferenciação. O mergulhador é em geral muito bem remunerado, e o filho que se dedica a essa atividade "traz muito dinheiro para casa". Face a isso, valoriza-se agora, mais que antes, o nascimento de filhos, já pensados como futuros mergulhadores ou mesmo lagosteiros. Isso não deixa de ser contraditório, pois as próprias mulheres que vêm na atividade da captura da lagosta o império da ambição e do perigo também participam dessa esperança com relação aos filhos. Mas, afinal, ninguém é coerente.

Essa mudança na avaliação das mulheres do lugar parece ter conseqüências sobre as práticas matrimoniais. Hoje parece estar se construindo uma rejeição das filhas do lugar, tidas como preguiçosas e uma preferência de casamento com mulheres cidadinas, principalmente por parte dos *lagosteiros* e dos *mergulhadores*, o que pareceria ser outra contradição, pois essas últimas são também "preguiçosas", na medida em que não saberiam cultivar a terra, se esta ainda fosse disponível, nem realizar atividades relativas à pesca, se elas ainda fossem necessárias. As mulheres da cidade, contudo, parecem atribuir um prestígio mais elevado a esses "novos ricos". Pode ser também que estejam mais capacitadas - por compreender a dimensão dos valores-orientação - a gerenciarem os investimentos nos novos empreendimentos que acompanharam o afluxo de turistas. O fato é que para os próprios pais - e mães - o nascimento de meninas não é mais bem visto.

A indústria turística, como se viu, teve conseqüências sobre a condição da mulher, na medida em que suprimiu seus espaços de trabalho. Mas a presença de turistas, como um novo tipo de pessoas, também teve efeitos relativos à desvalorização da mulher e ao que parece corresponder ao que se chamou de "infanticídio passivo" ou "negligência seletiva".

O afluxo de turistas trouxe consigo um novo fenômeno, que se soma ao processo de gradativa desvalorização da mulher: a sedução das moças do lugar e uma certa freqüência de "filhos sem pai", como lá dizem. Se a praia era um espaço tradicional para encontros sexuais, a liberalidade de relacionamento entre jovens conduzia ao casamento, principalmente quando constatada a gravidez, segundo um padrão semelhante ao de muitos camponeses (cf. Woortmann & Woortmann, 1990). Tratava-se de relações entre filha de pescador e filho de pescador, consistente com padrões tradicionais (não tenho informações quanto ao relacionamento entre filho de pescador e filha de agricultor). Hoje, ao que parece, a liberalidade de relações pré-maritais toma lugar também com turistas, mas a gravidez não resulta em casamento. As moças seduzidas tendem a ser rejeitadas por suas famílias. As crianças que resultam da sedução parecem ser vítimas do "infanticídio passivo".

Scheper-Hughes (1984) chamou a atenção para esse fenômeno com relação ao Nordeste brasileiro, relacionando-o a condições de extrema pobreza e fome crônica. As mães seriam levadas a "escolher" entre os filhos, alimentando aqueles que lhes parecem ter maiores probabilidades de sobrevivência e negligenciando aqueles que, *self-fulfillingly*, teriam maiores probabilidades de morrer. Construiriam, assim, condições diferenciais de sobrevivência para os filhos. A autora (7) relaciona o fenômeno a uma atitude de fatalismo, que se expressa em noções semelhantes àquelas que ouvi nas praias do Rio Grande do Norte, onde as mães diziam que "criança morre muito"; "nasceu com a natureza fraca". Independentemente do sofrimento que possa ter causado, a referência retrospectiva feita pelas mães parecia indicar que o fato era encarado como parte da ordem natural das coisas e atribuído à "vontade de Deus". O que talvez seja mais importante é que se dizia haver maior incidência de mortes de meninas que de meninos, entre os "filhos sem pai" com até dois ou três anos de idade (8).

A "negligência" parece ser, pois, "seletiva", de acordo com o sexo da criança, inscrevendo-se assim numa "história de gênero" local, mais precisamente no capítulo iniciado com a chegada dos turistas, e relacionada à desvalorização social da mulher. Não sei se essa "negligência seletiva" por sexo efetivamente ocorre ou não, mas não deixa de ser significativo que se fale dela, mesmo que seja uma construção fictícia. Verdade ou ficção, essa fala é parte do tempo *esquisito* de hoje.

O movimento turístico aumenta a cada ano. Na revista *Veja*, em sua edição de 5-12-1990, pode-se ler:

"Depois que as praias de Porto Seguro, na Bahia, e Canoa Quebrada, no Ceará, foram invadidas pela civilização, pensava-se que os recantos alternativos da costa haviam desaparecido do mapa. Nada disso. No verão que se aproxima, a praia da moda será um lugar que possui dunas de areia como porta de entrada e golfinhos como recepcionistas. É a praia de Pipa (...), velha aldeia de pescadores do litoral sul do Rio Grande do Norte (...), que desde meados deste ano se viu promovida a centro de confluência de turistas portugueses, franceses, suíços e espanhóis. (...)

'Esperamos receber 60.000 forasteiros, de outubro deste ano a abril de 1991', diz (...) o prefeito de Tibau do Sul, município em cujo território se situa Pipa".

Pipa é uma das localidades estudadas. O afluxo de turistas para essas praias é na verdade anterior ao tempo mencionado na revista, como o é também a privatização das terras e a construção de hotéis nos espaços antes usados pelas "velhas aldeias". A última novidade é a chegada dos europeus. Promovida pela imprensa, Pipa, assim como outras localidades ainda "intocadas", em breve freqüentará a parada de sucessos do *Fantástico* e congêneres, para se tornar excessivamente tocada. Já está ocorrendo aí a redução dos espaços verificada em outras "velhas aldeias", que poderá levar à desagregação da relação de complementaridade entre mulheres e homens.

Mulher, tempo e espaço

Na perspectiva aqui adotada, a condição feminina se (re)constrói no tempo, e pelo espaço. Esse tempo é o tempo pensado pelas mulheres, o que significa que podem existir, nessas comunidades, distintas temporalidades pensadas, de homens e de mulheres. Assim, a construção do tempo é também a construção do gênero pois ele é percebido através de experiências que são específicas a cada gênero, em espaços que lhes são também específicos. Se o tempo e o espaço são categorias universais do pensamento, são também categoria pensadas culturalmente; cada sociedade os pensa à sua maneira, segundo sua cultura e sua história particular (9). Por outro lado, cada sociedade é constituída por (e constitui) pessoas diferenciadas, localizadas em relações de gênero - dimensão que aqui me interessa -, de classes sociais etc., e localizadas também nas relações entre seus lugares e outros lugares.

As mulheres, por exemplo, percebem a chegada do arame farpado como o fim das terras de lavoura, isto é, do espaço fundamental de sua identidade. Já os homens o percebem como o começo da cana-de-açúcar, para eles um novo espaço e uma nova alternativa de trabalho, ainda que negativamente valorada. As mulheres não deixam de incluir em sua concepção do tempo o espaço dos homens, o mar. Fazem-no de maneira contrastava, pois o mar permaneceu imutável, enquanto a terra se transformou. Os homens, por sua vez, não deixam de incluir a terra em sua percepção do tempo, mas este se constrói fundamentalmente pelo que acontece no mar.

A relação de gênero é, pois, pensada através do tempo e do espaço, em diferentes momentos do tempo e em diferentes configurações do espaço. As pessoas são históricas, e por isso mesmo sua concepção do tempo, hoje, provavelmente não é a mesma de ontem. *Antigamente*, com o conteúdo que tem hoje, só existe hoje. A percepção do tempo histórico é, ela mesma, histórica, pois é dada num momento específico da história - e não menos histórica é, por certo, a percepção do antropólogo que fala sobre o tempo dos outros; há não muito tempo, os antropólogos não se preocupavam em distinguir a temporalidade de mulheres e de homens.

As mulheres percebem o tempo da maneira como o fazem agora porque estão colocadas num momento posto pela história. O tempo põe, então, as condições de sua própria representação: para ser constituído pelo pensamento, ele constitui o pensamento. A mas não tocavam num fio de cabelo das mulheres". "Meu pai bebeu a vida toda, mas nunca levantou a mão para nós meninas nem contra a mãe". Segundo as mulheres de hoje, a violência que existia no passado era entre homens, por efeito de disputas, ou como ato coletivo contra quem infringisse as regras morais, como no caso de um homem, de fora da comunidade, linchado por ter roubado peixe por um seu compadre, um crime menos contra um indivíduo que contra valores centrais do grupo. A violência de hoje contra as mulheres, percebida como um fato novo, é atribuída por elas à ambição que teria acometido os homens, mas é também atribuída à perda dos espaços tradicionais da mulher, pois foi essa perda que as fez parecer preguiçosas" aos olhos dos homens e que conduziu à perda do respeito. Vale notar também que hoje a violência, inclusive contra as mulheres, é um ato individual (que pode ser condenado pela coletividade), enquanto que no passado representado era um ato coletivo que podia ir do linchamento até um equivalente do "charivari" europeu.

As mulheres também medem o tempo de maneira específica a seu gênero. De um lado, ele é medido por gerações de mulheres: "no tempo de minha mãe"; "no tempo de minha avó", quando se referem a épocas não vividas por quem está falando e, notadamente, quando falam de espaços que hoje não existem mais. De outro lado, o tempo é referido ao ciclo de vida da mulher e, de certa forma, a seu próprio corpo, e ao ciclo de desenvolvimento de seu grupo doméstico. Assim, o arame farpado chegou a uma localidade, do ponto de vista de uma mulher, "logo depois que nasceu o João"; outro evento ocorreu "pouco antes de nascer a Maria".

Do ponto de vista de outra mulher, o arame farpado chegou "quando eu estava esperando o Antônio". O arame farpado é um evento que marca a história, pela supressão de um espaço; delimitando espaços, delimita também tempos. Mas o arame farpado é por sua vez marcado no tempo pelo ciclo de vida da mulher ou da família. Se uma mulher não sabia quando algo ocorreu, recorria a outra, que localizava a ocorrência com relação a sua própria sucessão de partos, aproximar de um presente que não deveria ser, ou a outras crises de vida, como casamentos e mortes: "foi quando me casei"; "foi quando pai morreu". Ou então, "foi quando mãe casou", quando o acontecimento é transmitido de uma geração à outra. Vale notar que as solteironas, que nunca tiveram filhos referem o tempo ao nascimento de sobrinhos; até no tempo ficaram para tia.

É importante notar que os homens localizam os acontecimentos no tempo de forma distinta. Por vezes também recorrem a momentos do ciclo familiar, como quando alguém diz "foi antes de meu tempo", ou "foi no tempo de meu pai". Com grande frequência, porém, utilizam a referência a algo acontecido no mar: uma grande tempestade, um naufrágio, uma safra excepcional, ou outras ocorrências que, por assim dizer, "ficaram na história". Assim, enquanto as mulheres ficam em família na localização no tempo, os homens vão para o mar, onde ocorrem eventos importantes para o domínio público. Deste ponto de vista, o tempo é, para os homens, mais público, enquanto o das mulheres é mais privado e cotidiano.

Para que eu traduzisse essa percepção do tempo naquela que é familiar a nós, tive que transformar a temporalidade vivida daquelas mulheres na nossa cronologia abstrata, aprisionando o tempo em datas e décadas. Para estabelecer a periodização dos eventos percebidos como marcas da história, tive de recorrer a diversos procedimentos. Pela idade das mulheres ou de seus filhos (nem sempre sabida com exatidão) no momento da pesquisa, pude reconstruir "geneologicamente", de maneira aproximada, quando algo aconteceu. Outras vezes tive de relacionar o "quando eu me casei" com informações de outras pessoas, uma tia ou uma irmã mais velha, por exemplo. Ou cruzar informações de mulheres com outras, de homens. É claro que não posso precisar dia, mês e ano, mas apenas tempos aproximados, como os anos 50, ou a década de 60.

Para localizarem algo no tempo, as mulheres recorrem, pois, ao seu ciclo de vida ou ao da família. Mas para *se* pensarem face aos homens, as mulheres controem o tempo através do espaço.

A construção do tempo é análoga à construção do espaço. Como se viu, num primeiro momento o espaço se constitui por uma grande oposição - mar/terra - que corresponde à oposição homem/mulher; num segundo momento, outros espaços são incluídos, com uma atenuação de oposições. Com relação ao tempo ocorre algo semelhante: passou-se de uma primeira oposição - antigamente/hoje - para a inclusão de momentos intermediários, como que mediando os pólos extremos do tempo que, não obstante, são marcados pela presença/ausência do espaço fundamental para a mulher.

É importante observar que tempo e espaço são produzidos ao longo de várias falas sucessivas que compõem o encontro etnográfico e, portanto, ao longo de outro tempo. Dependem então do contexto da conversa, que pode se limitar ou não ao discurso público.

O tempo, por outro lado, não foi falado pelas mulheres como algo em si, mas para falarem/pensarem sobre elas mesmas. Mais corretamente, não só para pensarem a si mesmas, mas para pensarem o seu mundo, integrado pelas relações mulheres/homens. Isto é, para pensarem, à sua maneira, o que chamamos relações de gênero. Não se falou sobre o tempo, mas sobre mulheres e homens através do tempo. Para se verem no presente, elas se olham no passado. É como se o tempo fosse um espelho que mostra uma imagem invertida, pois presente e passado tem sinais opostos. No caso, parafraseando a conhecida imagem antropológica, o tempo é *mirror for women*.

O tempo, relacionado à representação que fazem as mulheres sobre si mesmas, surge através do espaço. Há um tempo que houve no passado, ou *antigamente*, tempo em que não se tocava num fio de cabelo da mulher. Era sobretudo o tempo em que existia um espaço, as *soltas*, uma época que "sempre foi assim", que marca o contraste com o presente, na relação com os homens. Trabalhadoras no passado "preguiçosas" hoje. Respeitadas no passado; agredidas hoje.

O tempo, em qualquer lugar, pode ser construído de diferentes maneiras, pois ele é sempre contextual. Não creio que se possa falar sobre a concepção do tempo dessa ou daquela sociedade, mas sobre as concepções. Mesmo as mulheres podem perceber o tempo de distintas maneiras, a depender do que têm em vista. O tempo histórico aqui considerado não é o único tempo que percebem. Existe também, e hoje

mais que ontem, o tempo diário, no qual alocam suas várias atividades, assim como aquelas de seus filhos. Desse ponto de vista, as mulheres "têm menos tempo" que os homens. No contexto das relações de gênero, porém, o tempo histórico é pensado basicamente através do espaço, e este é um espaço onde se realiza o gênero pelo trabalho da mulher. A *furtura* decorria da existência das *soltas*; O *respeito* devia-se ao fato de as mulheres exercerem a lavoura nessas mesmas *soltas*. Vale notar que gênero não é algo que existe em si mesmo; gênero é sempre relacional, e por certo não se confunde com sexo. Ele é constituído por relações e pelas representações dessas relações.

Pode-se dizer que o tempo histórico, irreversível, é constituído por subtrações. *Antigamente* era o tempo marcado pela presença do espaço fundamental para a mulher, e o movimento temporal é percebido pela perda sucessiva desse e de outros espaços onde se fazia a atividade feminina. É interessante observar, por exemplo, que o mangue só foi referido quando se falou de sua perda, seja pela privatização ou pela poluição. Também só se falou das *soltas* para ressaltar seu desaparecimento. Se o tempo é uma maneira de se pensarem, o espaço também o é, pois cada espaço é um domínio, e o transcorrer do tempo, do ponto de vista feminino, foi diferente para mulheres e homens. Para as mulheres, o tempo transcorreu pela perda de espaços específicos que elas articulavam num espaço total. O espaço dos homens, porém, permaneceu constante, pois, se a terra se tornou cativa, o mar continuou *terra liberta*. Para eles, não houve perda de espaço; o que ocorreu foi uma mudança dos homens dentro do mesmo espaço, atingidos pela *ambição*. O que já é um outro componente da percepção do tempo: no que concerne aos homens (vistos pelas mulheres), permaneceu o espaço e mudou a natureza intrínseca da pessoa; no que concerne às mulheres, permaneceu sua natureza, e mudou o espaço.

Além do tempo irreversível, existe outro, reversível, ou cíclico. Mesmo na fala das mulheres, esse tempo é referido ao espaço dos homens: é o tempo dado pela conjunção entre a natureza do mar e as atividades dos homens. De um modo geral, o ano se divide entre um tempo de pesca e outro de não-pesca, assim como em períodos definidos pela especificidade da atividade pesqueira. Tal como o espaço e o tempo histórico, também o tempo cíclico se constitui inicialmente por uma grande oposição, em seguida mediatizada por outras menores. Poder-se-ia também especular sobre se no passado não existiriam dois tempos cíclicos complementares: um, referido à terra e à agricultura, e outro referido ao mar e à pesca, mesmo que este último fosse hegemônico e constitutivo do discurso público.

É possível também que no passado o tempo cíclico, que se repete sempre igual, fosse dominante, na medida em que o passado fosse um tempo de reprodução simples, fundado na predominância do valor de uso, e um tempo de *histoire immobile*. Teríamos possivelmente uma aproximação com o tipo de percepção do tempo analisada por Bourdieu (1977) com relação a camponeses argelinos, antes do "desencantamento" de seu mundo pela história trazida pelo colonizador. As noções de tempo histórico e tempo cíclico se aproximam daquelas de tempo estrutural e tempo ecológico formuladas por Evans-Pritchard (1972). Por tempo ecológico refere-se ele a seqüências temporais que emergem da relação com o ambiente natural, não como imposição imediata da natureza, mas como representação socialmente construída, mesmo porque, em termos sociais, não existe uma natureza em si, e sim uma natureza culturalmente apreendida.

As variações sazonais do tempo ecológico implicam o reordenamento ao longo do ano das relações com a natureza e das relações sociais nelas envolvidas. Não me interessa aqui considerar essa dimensão cíclica, que foi analisada por Caldas Britto (1989) com relação a outros pescadores brasileiros.

A noção de tempo estrutural refere-se a uma maneira de pensar o tempo baseada em pontos de referência que possuem significado para determinados grupos, projetando no passado relações sociais do presente. O tempo estrutural seria então relacionado à identidade do grupo. A ênfase de meu estudo sugere, porém, que se há pontos significativos da história percebida, acionados para a construção da identidade do grupo como um todo - e, como foi visto, o todo é freqüentemente confundido com os homens -, os há também para a constituição da identidade de gênero.

As mulheres se vêm face aos homens num processo que transita da complementaridade para a dependência, à medida em que no tempo se subtraem espaços. Nessa perspectiva, os marcos temporais são marcos da transformação do gênero, que só existe face a outro gênero. O outro contrastivo constituído pelo tempo/espaço não é um outro grupo, mas um outro gênero do mesmo grupo, assim como as pessoas de hoje daquele mesmo lugar, pela projeção no passado da experiência do presente. A alteridade, aqui, emerge do tempo.

A mulher, o ambiente na "grande transformação"

O espaço das mulheres não é apenas uma categoria cultural do pensamento. Ele é também um ambiente. Esse ambiente é um espaço total composto por espaços específicos articulados entre si pelas atividades da mulher. Os dados etnográficos revelam que a mulher, ao articular espaços, articula também relações sociais. A história dessas mulheres é, em boa parte, a história da desarticulação desses espaços.

Se o espaço é um ambiente, um ecossistema, ele não é apenas um ambiente natural, dado, mas um ambiente cognitivamente apreendido e culturalmente construído. Como ambiente construído, é um espaço "significado", cujo uso social lhe atribui um sentido. A noção de ambiente inclui, então, as relações sociais e a cultura, que fazem da "população" desse ecossistema uma sociedade. Se a história é dada pela desarticulação do ambiente construído, ela é também o processo de atribuição de novos significados ao espaço, de novos usos sociais e do deslocamento social dos agentes tradicionais. A mudança ambiental significa a alteração das relações com o espaço, dos homens entre si, e das mulheres com os homens em função desse espaço. Se o espaço confere os marcos de referência que possuem significado, constituindo um tempo estrutural, a história, do ponto de vista feminino, é o encolhimento e a degradação do espaço/ambiente.

O tempo ecológico foi como que invadido pelo tempo histórico. Com as transformações ocorridas, um novo ritmo cíclico está se justapondo àquele constituído pela interação com o mar. Trata-se do ritmo imposto pela presença sazonal de veranistas e turistas. Estes são, agora, parte do ecossistema, se o concebermos não apenas como relações naturais mas também sociais. Além de uma safra de peixes, existe agora também uma "safra" de turistas, e estes contribuíram, como se viu, para modificar a condição social da mulher, além de terem alterado o ciclo anual de atividades da comunidade como um todo.

O turismo é parte de um grande movimento do capital. Veranistas e turistas buscam o contato com a "natureza pura" e com nativos "autênticos" apenas para se tornarem componentes de um novo ecossistema, e agentes de transformação do ambiente que existia antes de sua chegada. Alteraram o espaço da população "autêntica"; ocuparam até mesmo suas casas; introduziram uma nova concepção de tempo, na medida em que trouxeram uma nova sazonalidade dada menos pela relação com a natureza que com o mercado; seduziram as moças do lugar. Fazem parte do processo global de integração a uma nova ordem econômica. De um lado, a indústria turística juntou-se à agroindústria na expropriação de espaços básicos da mulher. De outro, as pessoas dos turistas mudaram as pessoas do lugar, repetindo o que já ocorreu em outras localidades "paradisíacas" (cf. Bindá, 1989; Caldas Britto, 1989). Por mais "alternativos" que se pensem, são parte do processo que alterou o movimento do tempo e a organização do espaço/ambiente.

Esse movimento que muda o tempo por mudar o espaço pode ser visto como a realização em escala local, e com sua especificidade própria, da "grande transformação" de que fala Polanyi (1971), lançando as pessoas numa nova ordem governada pelo "nexo monetário". Também nesses lugares inventou-se o mercado, na medida em que a terra e o trabalho - aos quais poderíamos acrescentar as casas das famílias locais - ganham novos significados sob a forma de mercadoria. Começando com o *enclosure* das antigas *soltas* e passando pela privatização (que se acrescenta à poluição) dos mangues, pela crescente hegemonia da captura da lagosta sobre a pesca, pela transformação da pesca através de novas tecnologias (e com elas, senão a transformação do espaço do mar, ao menos no espaço do mar) e pelo turismo, a antiga simetria e autarquia relativas - condição da reciprocidade, do valor de uso e da comunidade, num tempo que não se pensava em economizar (cf. Bordieu, 1977) - cederam lugar à ambição do novo tempo, que é dinheiro, um tempo *esquisito*.

Ao longo desse processo, as relações entre homens e mulheres se alteraram, como foi visto. De uma relação de complementaridade passou-se a uma relação de dependência das mulheres para com os homens. Se *antigamente* as mulheres eram co-responsáveis pela *fartura*, hoje elas "comem da mão do marido", como disse uma esposa do lugar.

Isso coloca um paradoxo: a "grande transformação" significou a passagem de uma agricultura de subsistência para outra, de mercado, quando no espaço da roça das mulheres, voltada fundamentalmente para o consumo familiar e para circuitos de reciprocidade, foi instalada a agroindústria, segundo o modelo de *plantation*. As tradicionais jangadas foram sendo substituídas pelas embarcações a motor, aumentando a produtividade do trabalho. Em ambos os casos, ocorreu uma expansão das forças produtivas. A captura da

lagosta trouxe consigo um novo olhos de trabalho, com a individuação e o espírito do ganho monetário. O "nexo monetário" passou a governar esferas crescentes das relações sociais. Em resumo, aquelas comunidades passaram por um processo de modernização transitando da *Gemeinschaft* para a *Gesellschaft*, do *status* para o contrato, do tradicional ao moderno. No entanto, essa modernização, no âmbito local, não trouxe consigo a "emancipação da mulher", como deveria ocorrer segundo uma teoria mais geral. Pelo contrário, trouxe a dependência e a desvalorização da mulher.

A continuidade da história poderá desfazer o paradoxo, estabelecendo nova coerência entre relações de produção e condição feminina. Supõe a teoria geral que o ingresso da mulher no mercado de trabalho traga consigo sua liberação, mas tudo depende da natureza desse mercado. Até agora este não parece ser o caso para a maioria das mulheres nas comunidades estudadas. Nestas, como foi visto, a mulher sempre foi parte integrante da força de trabalho. Não apenas gerenciava o consumo da família, como também realizava a produção de alimentos e de insumos para a pesca. Encontrava-se, porém fora do mercado de trabalho, mesmo porque a força de trabalho não era mercadoria. Hoje, ela já se encontra nesse mercado; no entanto, se percebe subordinada ao homem. A história, enquanto transformação, leva tempo para se realizar. Os grupos estudados, no que concerne à mulher, talvez estejam num momento entre a desestruturação e a reestruturação, e a mulher parece estar espremida entre momentos históricos.

Olhando seu passado, as mulheres vêm sua condição de então como sendo uma condição que se poderia chamar de *complementaridade equilibrada*, transformada para a maioria em *dependência subordinada*. Essa transformação resulta da invasão do espaço/ambiente por forças sociais externas ao *mundus* das comunidades locais. Isto é, da subversão de significado do espaço/ambiente.

Além do ambiente espacial, é preciso considerar também aquele outro que Dumont (1972) chamou de "ambiente ideológico". Essa noção sugere que, se examinarmos a relação entre o todo e a parte, talvez seja possível pensar a situação passada como tendo sido a de uma "complementaridade hierárquica".

A classificação do espaço, opondo o mar à terra, é central para a identidade do grupo como um todo, e corresponde à oposição homem/mulher. Ela não é uma oposição simétrica, mas hierárquica, pois implica relacionar a parte com o todo. Mais que uma oposição lógica, é uma oposição ideológica.

Comunidades "pesqueiras" opunham-se tradicionalmente, como um todo, a comunidades de agricultores (inclusive como tomadores, mas não doadores de mulheres), e nessa oposição a pesca era (e continua sendo) pensada como "superior", do ponto de vista dos pescadores. No interior da comunidade "pesqueira", a pesca igualmente se opõe à agricultura, como o mar à terra e o homem à mulher.

Pesca e agricultura, homem e mulher, podem ser pensados como complementares, mas numa relação de complementaridade desigual face a um todo. As respectivas atividades ocupam posições não apenas distintas mas hierárquicas, se vistas na relação com esse todo. Nesse sentido, pode-se dizer que a atividade do pescador, isto é, do homem, é completa e guarda uma analogia com a posição do brâmane na hierarquia dos "varna". Não se trata, de nenhuma maneira, de estabelecer uma equivalência entre relações de "varna" na Índia e relações de gênero nas comunidades aqui estudadas, pois há evidentes diferenças lógicas, ideológicas e sociológicas entre os dois modelos. Contudo, a hierarquia dos "varna" é "boa para pensar" a relação de gênero.

A completude do brâmane está em fazer outros estudarem e estudar; fazer outros sacrificarem e sacrificar; dar e receber dádivas (cf. Dumont, 1972:108). A atividade do homem-pescador é completa porque ele "é" a comunidade total, pois a identidade masculina constitui a identidade do grupo. Há uma analogia, pois, na relação do brâmane e do homem-pescador para com suas respectivas totalidades. Se, nas comunidades estudadas, tanto as atividades do homem como as da mulher foram necessárias para a reprodução social do grupo, e reconhecidas como tais, eram não obstante diferentes. Se a complementaridade era equilibrada, era também hierárquica, e era, como ainda é, a atividade do homem que fazia a especificidade desses grupos.

Mostrei como a mulher foi "incluída" no homem, como seu "braço", quando as terras *soltas* foram privatizadas. Mas, do ângulo que tomo agora, poderia dizer que a mulher sempre foi "incluída", na medida em que o homem "é" a totalidade. Aquilo que engloba é mais importante que a parte em sociedades tradicionais. A complementaridade era, então, entre englobaste e englobado.

Assim como no modelo dos "varria", a divisão de trabalho separa, mas também unifica, porque ela se volta para o todo. Não se trata de uma divisão de trabalho "moderna" entre indivíduos, mas entre categorias de gênero, que só existem uma com relação à outra e de taboas, desigualmente, para com o todo pensado a partir de um dos pólos da oposição. É um sistema de prestações e contra-prestações que unifica os gêneros no todo, enquanto que no discurso público uma das partes é convertida nesse todo.

Num paradoxo aparente, se havia hierarquia havia também autonomia, do ponto de vista das mulheres; sobretudo, havia respeito. O paradoxo não é maior do que aquele do agregado da fazenda tradicional que, não obstante "incluído" no patrão, se pensa como liberto, em contraposição ao assalariado cuja força de trabalho é "liberada" pelo capital, mas que é pensando como cativo. Ocorre-me também a descrição feita por Guimarães Rosa de um bando de jagunços do *Grande Sertão: Veredas*, chamados de "os Hermógenes", confundidos no patrão.

Vale lembrar ainda a homologia na Índia entre a relação de "varna" e a oposição puro-impuro, igualmente hierárquica, e especular sobre uma relação análoga entre homens e mulheres nas comunidades estudadas.

A relação puro-impuro/homem-mulher é comum no Brasil tradicional (e em toda a tradição civilizatória da qual faz parte), inclusive em grupos "pesqueiros" (cf. Peirano, 1975; Maués, 1977), expressando-se na concepção do corpo e em prescrições/proscrições alimentares. Relaciona-se, por certo, com a construção bíblica do gênero - Eva como parte de Adão e ambos diferencialmente "localizados" face ao Criador - e com a oposição entre a mão direita e a mão esquerda (cf. Dumont, 1972). Vale especular também sobre como agiria a oposição puro-impuro, uma vez já "libertada" de sua relação com a complementaridade tradicional de gênero. E como fica agora a totalidade, com a emergência das categorias lagosteiro e mergulhador, eminentemente individualizantes, entre os homens, imprimindo novo *ethos* ao grupo, ao lado da individualização do trabalho feminino, ainda que este se inscreva, como foi visto, num contexto de patronagem, que certamente não configura um modelo "moderno".

Finalmente, é preciso estabelecer certas relativizações. Uma diz respeito à noção de complementaridade. Considerada do ponto de vista da família, a relação homem-mulher, quando esta é dona-de-casa apenas, e não produtora autônoma, é também complementar. A atividade da dona-de-casa é central para a reprodução da família e da força de trabalho tanto em grupos camponeses como na classe trabalhadora urbana. Ademais, no campesinato nordestino é a própria honra do pai-de-família que depende do não-trabalho da mulher. Ali, é o respeito do ponto de vista do homem que se vê ameaçado caso a mulher trabalhe, pois o trabalho é uma categoria referida apenas ao homem. O equilíbrio repousa ali na complementaridade entre o roçado, espaço masculino, e a casa, espaço feminino, e na ausência da mulher do primeiro; ele depende de a mulher ser dona-de-casa. A complementaridade é, portanto, contextual, e é no contexto dos grupos aqui estudados que deve ser vista a passagem percebida pelas mulheres de uma complementaridade considerada equilibrada para uma dependência vista como subordinada.

O espaço, como foi visto, constrói o tempo. Este é, então, dado pelo espaço. Mas o tempo está no espaço também em outro sentido. O processo de transformação foi visto, como ressaltai no início deste trabalho, em sua tendência geral, mas existem lugares menos atingidos e outros mais atingidos por esse processo geral. Vale dizer que, em alguns lugares, *antigamente* é um tempo mais remoto, enquanto que em outros ele acabou ainda ontem. De fato, numa das comunidades, as terras *soltas* foram perdidas um ano após o término do trabalho de campo. Assim, nesse lugar, *antigamente*, era, nessa dimensão, hoje em dia, ao tempo em que realizei as observações etnográficas, ainda que outras dimensões do processo estivessem em andamento, como a presença de *veranistas* e *turistas*.

Isto significa que existem diferenças dadas por temporalidades distintas. Por outro lado, há diferenças no que se refere aos efeitos trazidos pela *plantation* e aqueles trazidos pela indústria turística. Finalmente, apesar de serem todas aquelas localidades povoadas "pesqueiros", não são todas iguais, mesmo que localizadas perto umas das outras. Se participam de uma tradição regional comum, cada uma possui uma história particular. Isto pode implicar percepções e simbolizações distintas e, por meio delas, reações também distintas. O geral, como disse Sahlins (1972) só existe no particular. Este implica a diferença, mas esta, por sua vez, exige a comparação. O âmbito limitado deste trabalho, contudo, não permite o exercício comparativo com o grau de detalhamento necessário para surpreender a diferença de maneira significativa.

Contudo, a questão da diferença é central para a questão do gênero. Procurei mostrar que ao longo do tempo o gênero se transformou. A mulher de hoje não é o mesmo gênero da mulher do passado. O gênero também não é o mesmo em lugares de diferentes temporalidades. Assim, no lugar mais "tradicional", onde as mulheres ainda faziam lavoura, o discurso que ouvi foi aquele do *respeito*, e as mulheres se contrastavam àquelas de outros lugares. Nestes últimos, o discurso era o da violência: me foram mostradas mulheres com sinais recentes de espancamento. Aí as mulheres se contrastavam com aquelas do passado. Contraste no espaço (de lugar para lugar); contraste no tempo (de hoje para *antigamente*): duas modalidades de construir a história pela descontinuidade.

Tenho consciência, porém, que discurso não é "realidade objetiva", mas realidade filtrada, apresentada ao forasteiro. Se há idealização do passado, pode haver também idealização do lugar.

Havia no passado violência contra as mulheres? No passado, como hoje, mulheres de diferentes faixas de idade eram avaliadas de forma diferencial, como ocorre hoje?

Não posso remontar "objetivamente" ao passado. Disponho apenas do passado subjetivo construído pelas mulheres de hoje. Tudo o que sei é que as mulheres mais velhas negavam a violência, e se contrastavam com as mais jovens. Sei também que nem todas as mulheres mais jovens sofrem violência. Mas vale lembrar que no passado todas as mulheres trabalhavam na roça, na coleta, no artesanato etc., fossem jovens ou velhas; por outro lado, a mercadoria e o "nexo monetário" eram menos presentes na vida social. Acredito que o passado sempre tenha sido idealizado, mas o que me interessa aqui é o passado tal como construído hoje. Isto é, o passado utilizado pelas mulheres para pensarem sua relação com os homens hoje.

No passado existiam também momentos de crise. Nem sempre o marido conseguia peixe. Os homens sempre beberam. Mas a escassez temporária, o fracasso momentâneo, era algo que estava dentro da normalidade percebida. A crise era conjuntural e particular a esta ou àquela família; não era estrutural e em boa medida generalizada, como hoje. E a mulher, por seu trabalho, garantia a subsistência da família. Havia, no passado, espancamento? Talvez sim, mas para falarem de hoje as mulheres mais velhas dizem que não.

As mudanças registradas naquelas comunidades não significam a passagem de uma "economia natural" para outra, de mercado. Relações de mercado sempre existiram; o que se pode dizer é que elas são hoje mais importantes que ontem. Não se pode minimizar as transformações que fizeram da terra e do trabalho mercadorias, que produziram uma reorientação do uso como valor para o valor de troca, afetando tanto o mundo dos homens como o das mulheres. Contudo, as pessoas não são imutáveis; novas circunstâncias engendram novas práticas, novas disposições e um novo *habitus*, ao mesmo tempo estruturado pela - e estruturante da - história (Bourdieu, 1980).

Alguns homens deixaram de ser pescadores para se tornarem lagosteiros ou *mergulhadores*, apropriando-se assim dos novos tempos. Algumas mulheres tornaram-se gerentes de negócios familiares voltados para o lucro, apropriando-se da nova sazonalidade introduzida pelo turismo na vida cotidiana do grupo, isto é, dando um novo significado ao tempo ecológico, ou cíclico. Outras, mais modestas, limitam-se a trabalhar como empregadas domésticas. Essa reorientação pode ser pensada como uma resposta social de adaptação ao novo ambiente ecológico-social, que é também um novo momento de sua história. Estabeleceu-se então uma nova complementaridade que, no primeiro caso, tenderá provavelmente a acentuar a diferenciação, mas que, no segundo caso, que corresponde à maioria das mulheres, não restabeleceu a fartura nem trouxe de volta o respeito; pelo contrário, convive com a violência contra a mulher.

Apesar das mudanças, até agora essas comunidades continuam a se pensar como de pescadores. Sua identidade, deste ponto de vista, não se alterou. A situação das mulheres, porém, e sua auto-imagem mudaram bastante (10).

Notas

1 - Agradeço a Márcia M. Gramkow e a Tânia S. Montoro pela colaboração no trabalho de campo; a Mary Dayse Kinzo, que criou a oportunidade de realização da pesquisa, e a Mariza Peirano e Klaas Woortmann pela crítica do texto, em sua primeira versão, e pelas sugestões que fizeram. O texto foi submetido também à avaliação de pareceristas da RBCS, cuja identidade ignoro, e que fizeram críticas muito pertinentes. Ao parecerista desconhecido, a autora agradece.

- 2 - A "cadeira ginecológica" utilizada pelas parteiras numa das comunidades estudadas, como em outras localidades do Nordeste, consistia numa vértebra de baleia.
- 3 - Nessa atividade religiosa, a mulher interagia com um homem específico, o padre. Este era, porém, senão um estranho, pelo menos externo à comunidade. Deveria ser, além disso, casto, e "usava saia".
- 4 - É possível, mas não tenho dados que o confirmem, que a percepção dos grupos agricultores como sendo inferiores, do ponto de vista dos pescadores, esteja relacionada à definição tradicional da agricultura como uma atividade feminina, nos povoados "pesqueiros" por mim estudados. Não se pode, contudo, generalizar para todo o Nordeste.
- 5 - Note-se que no campesinato agrícola do Nordeste a noção de "terra de trabalho" se refere a um espaço e a uma atividade eminentemente masculinos, em contraste com os grupos aqui estudados. Naquele campesinato, a própria noção de trabalho é referida apenas aos homens, notadamente ao *pai-de-família*.
- 6 - O termo *defeso* designa o período do ano durante o qual é interdita a pesca ou a captura da lagosta. Trata-se de uma imposição legal, externa às comunidades locais, que introduz outro componente na sazonalidade das atividades masculinas no mar.
- 7 - A análise de Scheper-Hughes foi criticada por Nations & Reburn (1988) também a partir do estudo de casos relativos ao Nordeste brasileiro.
- 8 - Duas freiras que vivem na região há várias décadas falaram sobre essa questão. Uma delas, de nacionalidade francesa, muito conservadora, falou de dois tipos de filhos: "filhos do amor" e "filhos da paixão", uma distinção muito consistente com as percepções tradicionais da Igreja. Os primeiros são os que resultam do casamento; os "filhos da paixão" são o resultado da gravidez precoce de jovens de 14 e 15 anos pelo relacionamento com turistas. A segunda freira, ítalo-brasileira de origem rural mas bastante mais moderna, ocupava-se menos com classificações morais que com problemas sociais. Por isso, ensinava as mulheres a usar contraceptivos, para grande escândalo da primeira. Em sua opinião, era melhor não ter filhos que provocar abortos ou deixar que as crianças morressem. Ambas as freiras, assim com as outras mulheres, se referiram à rejeição dessas moças e à sua condição de "semiprostitutas". Referiram-se também ao "infanticídio passivo" que atinge predominantemente as meninas.
- 9 - Vários autores analisaram a construção do tempo em diferente sociedades, como Evans-Pritchard (1972); Bourdieu (1977); Leac (1975); Geertz (1973); Sauins (1980); Rosaldo (1980).
- 10 - Transformações ocorridas numa comunidade de pescadores, também no Rio Grande do Norte, mas em contexto urbano, foram estudadas por Garda (1985). Segundo Antonio Carlos Diegues (comunicação verbal para o seminário "A mulher não-urbana e a pesca", Natal, 1989), o impacto das transformações ecológico-sociais sobre a mulher e a família, aqui estudadas, ocorreu de modo semelhante em várias comunidades de pesca artesanal do litoral brasileiro.

Bibliografia

- BECK, A. (1981). "Roça, pesca e renda: trabalho feminino e reprodução familiar." *Boletim de Ciências Sociais*, n. 23 (pp. 21-32)
- BINDÓ, A.H. (1989). "Nativos e abastados" (dissertação de graduação). Brasília, Departamento de Antropologia, UnB.
- BOURDIEU, P. (1977). "Reproduction simple et temps e cycliques." In *Algérie 60: structures économiques et structures ternporelles*. Paris, Éditions de Minuit, pp. 19-43.
- _____. (1980). *Le sens pratique*. Paris, Éditions de
- CALDAS BRITTO, R.C. (1989). "Modernidade e tradição" (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, UFRRJ.
- CHAYANOV, A.V. (1966). *The theory of peasant economy*. Illinois, Homewood.
- CRONIN, C. (1977). "Illusion and reality in Sicily". In Schlegel, *A Sexual stratification: a cross cultural in view*. New York, Columbia University Press, pp. 67-93.
- DANTAS CARNEIRO, S. (1979). "Terra liberta" (dissertação de mestrado). Brasília, Departamento de Antropologia, UnB.
- DUMONT, L. (1972). *Homo hierarquicus*. Londres, Paladin.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. (1972). *The Nuer*. Oxford, N.Y., Oxford University Press.
- FARIS, J. (1972). *Cat harbour; a Newfoundland fishing settlement*. Toronto, Memorial University of Newfoundland, University of Toronto Press.
- GALESKI, B. (1975). *Basic concepts of rural sociology*. Manchester, Manchester University Press.
- GARDA, L. (1983). "A família e a mudança social" (dissertação de mestrado). Natal, Departamento de Ciências Sociais, UFRN.

- GEERTZ, C. (1973). *Islam observed*. Chicago, University of Chicago Press.
- LEACH, E. (1974). "Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo". In *Repensando a antropologia*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- MAUÁS, M. A. (1977). "Trabalhadeiras e camarados" (dissertação de mestrado). Brasília, Departamento de Antropologia, UnB.
- NATIONS, M.K.& REBHURN, L.A. (1988). "Angels with wet wings won't fly: maternal sentiment in Brazil and the image of neglect". *Culture, Medicine and Psychiatry*, vol. 12, n. 2, pp. 141-200.
- NEMEC, T. (1972). "I fish with my brother". In Andersen, R. & Wadel, C. (eds.), *North Atlantic fishermen*. Toronto, Institute of Social and Economic Research, University of Newfoundland.
- OMOHUNDRO, J.T. (1985). "One potato, two potato". *Natural History*, vol. 94, n. 6, pp. 22-29.
- PEIRANO, M. (1975). "A reina do peixe: proibições alimentares numa comunidade de pescadores" (dissertação de mestrado). Brasília, Departamento de Antropologia, UnB.
- POLANYI, K. (1971). *The great transformation*. Boston, Beacon Press.
- ROSALDO, R. (1980). *Ilongot headhunting 1883-1974: a study in society and history*. Stanford, Stanford University Press.
- SAHLINS, M. (1980). *Historical metaphors and mythical realities: structure in the early history of the Sandwich Islands Kingdom*. Michigan, University of Michigan Press.
- SCHEPER-HUGHES, N. (1984). "Infant mortality and infant care: cultural and economic constraints on nurturing in Northeast Brazil". *Social Science and Medicine*, vol. 19, n. 5, pp. 535-546.
- TEPICHT, J. (1973). *Marxisme et agriculture*. Paris, Armand Colin.
- TEIXEIRA DA SILVA, F.C. (1981). "Camponeses e criadores na formação social da miséria" (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro, Departamento de História, UFF.
- WOORTMANN, E.F. (1981). "Sitiantes e roceiros" (dissertação de mestrado). Brasília, Departamento de Antropologia, UnB.
- _____. (1983). "O sítio camponês". *Anuário Antropológico/81*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, pp. 164-203.
- WOORTMANN, K. (1986). "A comida, a família é a construção do gênero feminino". *Dados*, vol. 29, n. , pp. 103-130.
- WOORTMANN, K. & WOORTMANN, E.F. (1990). "Amor e celibato no universo camponês". *Textos NEPO*, n. 17, pp. 1-90.